

## BRASIL BATE RECORDE DE QUEIMADAS EM 2019

Dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, de janeiro a 22 de agosto de 2019, os satélites registraram o maior número de focos de queimadas no Brasil desde 2013. Se comparado com o mesmo período do ano passado, o aumento é de 82%. A Amazônia lidera em número de focos, com 52,5% do total. O Cerrado concentra 30,1%, seguido pela Mata Atlântica, com 10,9%.

O aumento das queimadas foi puxado pela explosão de focos de incêndio em cinco estados do país: Mato Grosso do Sul (+ 260% em relação a 2018); Rondônia (+ 198%); Pará (+ 188%); Acre (+ 176%); e Rio de Janeiro (+ 173%).

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro desqualificou os dados de desmatamento divulgados pelo Inpe. Em agosto, ocorreram atos como o “dia de fogo”. Fazendeiros e grileiros queimaram uma área no sudoeste do Pará. Na ocasião, foi registrado aumento de 300% nos focos de incêndio em relação ao dia anterior, segundo o Inpe.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), organização científica não-governamental, os dados apontam que os dez municípios que tiveram mais focos de incêndios florestais em 2019 também são os que tiveram as maiores taxas de desmatamento.



## PT ALERTA Retrocesso na política ambiental

Programas de combate ao desmatamento perdem relevância no governo Bolsonaro. Investimentos e custeio estão em queda

Em 2019, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi de R\$ 3,275 bilhões. Mas, para 2020, primeiro elaborado no governo Bolsonaro pela equipe de Paulo Guedes, o orçamento é de R\$ 2,777 bilhões. Um corte equivalente a 15%. Para os recursos de custeio e investimento, o governo programou R\$ 804,4 milhões em 2019 e, para 2020, serão R\$ 502,7 milhões. Um corte de 38% que atinge programas de combate ao desmatamento e queimadas, além de ações realizadas pelo Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os recursos de custeio e investimento do Ibama caíram de R\$ 368,3 milhões este ano para

R\$ 256 milhões na proposta orçamentária de 2020 – redução de 30%. Esse corte afeta ações como o do programa de Controle de Fiscalização Ambiental que teve o orçamento em 2019 de R\$ 102,9 milhões. Em 2020, serão R\$ 76,8 milhões, um corte de 25%. Este é o setor que combate o desmatamento ilegal, a pesca predatória e os garimpos clandestinos.

O ICMBio sofreu corte de 42% no orçamento de 2020. Os recursos passaram de R\$ 297 milhões em 2019 para R\$ 172 milhões. Isso resulta em cortes em setores estratégicos como criação e gestão de Unidades de Conservação, onde o corte foi de 39% para 2020. O orçamento para combate a incêndios sofreu corte de 53%.

Foto: Ricardo Stuckert



O presidente Jair Bolsonaro considera índios e quilombolas um obstáculo para o desenvolvimento do país e pretende reduzir as reservas indígenas. Imediatamente após esta declaração, grileiros derrubaram 4.200 hectares na reserva Karipuna em Rondônia. Ele insultou o cacique Raoni Mektutire (foto), candidato ao Prêmio Nobel da Paz em 2020.

E a violência não para. Nos últimos 9 meses foram assassinados 20 ativistas ambientais e houve quatro atentados contra grupos de vigilância do governo que atuam no combate ao desmatamento da Amazônia, conforme a ONG internacional Global Witness.

## DESMONTE Ameaça vem do governo Bolsonaro, que dá guinada na agenda

Do enfraquecimento do Conama à queda das exportações brasileiras, política ambiental amplia desgaste no exterior e expõe país a riscos

### CONAMA

O Conselho Nacional do Meio Ambiente é o órgão consultivo e deliberativo do sistema nacional do meio ambiente. É responsável pela realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados e por acompanhar as unidades de conservação da natureza. Sua estrutura conta com membros do governo e da sociedade civil. No governo Bolsonaro, a participação da sociedade civil não empresarial foi reduzida de 22 para quatro membros, e o governo federal passou a ter grande peso decisório, com aumento de 29% para 43% na representação da União. Foram retiradas representações indígenas, científicas – indicadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e sanitárias.

### MERCOSUL

A posição do governo Bolsonaro em relação às queimadas na Amazônia gerou críticas de países da

União Europeia. Entre agosto e setembro, o parlamento da Áustria se manifestou contra o acordo, assim como o governo da França adiantou que não o ratificará nas atuais condições. Ambos acusam o Brasil de desrespeitar compromissos da cúpula do G20. A Irlanda também demonstrou resistência ao acordo. Como a UE é uma união aduaneira, basta um voto contrário para o acordo ser inviabilizado.

### EXPORTAÇÕES

A maior rede de produtos naturais da Suécia (Paradisat) suspendeu a compra de produtos brasileiros. A medida foi tomada após notícias de queimadas na Amazônia e liberação de agrotóxicos. Além de suspender as compras, a rede passou a fazer campanha para que outros compradores também boicotem alimentos brasileiros. A Finlândia sugeriu que a União Europeia pare de importar carne brasileira. O país detém a presidência rotativa do bloco e pediu que a suspensão das importações seja avaliada devido à

destruição na Amazônia. Em 2018, o Brasil exportou 118,3 mil toneladas de carne bovina para a UE, que renderam US\$ 728 milhões. Também a VF Corporation, sediada nos EUA, dona de 18 marcas da indústria têxtil, suspendeu a importação de couro do Brasil. A empresa exige garantias de que os produtos brasileiros não contribuem com danos ambientais ao país.

### INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

O Brasil corre o risco de perder investimentos: 230 fundos que administram R\$ 65 trilhões pedem proteção à Amazônia. Querem que uma “política antidesmatamento” que inclua “comprometimentos quantificáveis” e avalie e torne públicos os riscos que as cadeias de abastecimento impõem às florestas. Tais fundos também pedem um sistema de monitoramento dos parceiros nessas cadeias e relatos anuais sobre a “exposição e gerenciamento do risco de desmatamento”.

# PERIGO Desmatamento aumentou 49% em 2019

O sistema de controle do desmatamento está fragilizado. O calendário de desmatamento deste ano – agosto de 2018 a julho de 2019 – aponta o desmatamento na Amazônia Legal de 6.833 km<sup>2</sup>, aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em julho de 2019, o Sistema Deter do Inpe detectou 2.254,8 Km<sup>2</sup> de desmatamento no bioma – aumento de 278% em relação a julho de 2018, quando foram desmatados 596,6 km<sup>2</sup>. Em 2019, o desmatamento da Amazônia predominou nos estados do Pará (40%), Mato Grosso (20%), Amazonas (16%), Rondônia (15%), Acre (4%) e Roraima (3%).

## 6.833km<sup>2</sup>

foi o tamanho da área desmatada na Amazônia Legal entre agosto de 2018 e julho de 2019

O MapBiomas Alerta, sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento que abrange todos os biomas brasileiros, detectou quenos primeiros seis meses de 2019 foram registrados 4.577 alertas no Brasil. E 40% dos alertas validados no primeiro trimestre de 2019 ocorreram em áreas que não poderiam ser desmatadas – unidades de conservação, terras indígenas e áreas de preservação permanente.

No País, 32% das terras da Amazônia são de domínio privado. O restante, 68%, são terras públicas, das quais 14% são reservas onde vivem mais de meio milhão de índios de 305 etnias.

## SUSPENSOS OS REPASSES PARA O FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia, um dos mais importantes instrumentos de conservação ambiental, está sob ameaça devido aos equívocos do governo Bolsonaro. Em maio, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou que iria usar o dinheiro do fundo para indenizar desapropriações. Em agosto, em razão do aumento do desmatamento e da mudança unilateral, pelo Brasil, dos mecanismos de governança do fundo, a Alemanha suspendeu o repasse de recursos destinados a projetos de proteção à Amazônia.

No mesmo mês, a ministra do Meio Ambiente da Alemanha anunciou a revisão de doações ao Fundo Amazônia e a Noruega bloqueou suas contribuições para o combate ao desmatamento do bioma, uma verba de mais de R\$ 133 milhões destinada ao Fundo Amazônia.

Criado em 2008 pelo governo Lula, o fundo foi anunciado na Conferência do Clima, no ano anterior, e é o mais importante programa de conservação da floresta, considerado iniciativa pioneira no mundo para arrecadar recursos junto aos países ricos com vistas a manter de pé a floresta tropical e ajudar a combater as mudanças do clima.

O BNDES realiza a gestão do Fundo, incumbindo-se da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados. Entre eles, o programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Voltado à criação e gerenciamento de unidades de conservação, o Arpa possui 46 projetos só no estado do Amazonas. O fundo arrecadou mais de R\$ 3,4 bilhões em doações, usados para apoiar 103 projetos. Os maiores doadores são Noruega (93,8%), Alemanha (5,7%), e Petrobrás (0,5%).



## BOLSONARO REJEITA AJUDA DE EUROPEUS

Em agosto, o G7 ofereceu ajuda de US\$ 20 milhões – cerca de R\$ 83 milhões – para conter os incêndios na Amazônia. O governo Bolsonaro desdenhou da ajuda, alegando que precisava defender a soberania brasileira. O porta-voz da Presidência da República disse que o governo poderia vir a aceitar doações de países e organismos internacionais para combater as queimadas des-

de não houvesse ingerência sobre o uso dos recursos.

O governo Bolsonaro aceitou a oferta de £ 10 milhões – aproximadamente R\$ 51,09 milhões – oferecidas pelo Reino Unido para combater queimadas na Amazônia. O governo britânico não informou ao Itamaraty, porém, se o valor seria descontado do total de repasses anunciado pelo G7.



## RESPEITO MUNDIAL O legado dos governos Lula e Dilma

Nos 14 anos de governos do PT, com Lula e Dilma, o Brasil conseguiu conservar a natureza, reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento econômico. O meio ambiente foi uma área fundamental para explicar o êxito dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que ganharam respeito no mundo e passaram a ser vozes respeitadas na comunidade internacional.

A partir de 2005, a taxa de desmatamento da Amazônia começou a cair acentuadamente e se manteve baixa até o final do governo Dilma.

De 2004 até 2016, o Brasil reduziu em 71% a devastação da floresta, aliando a fiscalização intensa ao oferecimento de incentivos e alternativas econômicas às populações locais. Dessa maneira, foi possível impedir o comércio da madeira retirada ilegalmente e estimular atividades que não causassem danos significativos ao meio ambiente.

Diversos programas foram implementados para incentivar as populações locais a conservar a fauna e a flora. A Operação Arco

Verde Terra Legal, por exemplo, levou alternativas sustentáveis a 43 municípios da Amazônia que respondiam, em 2009, por 53% do desmatamento na região. Foram investidos R\$ 317 milhões no financiamento de atividades de agricultura e pecuária. Com isso, houve redução de 23% no desmatamento nesses municípios.

O respeito alcançado pelo Brasil como porta-voz da agenda ambiental levou o país a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. A oferta brasileira foi feita pelo presidente Lula na Assembleia-Geral da ONU, em 2009.

O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso das nações com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes, incluindo as mudanças do clima.

## O QUE O PT FEZ PELO MEIO AMBIENTE

Com Lula e Dilma, o Brasil promoveu mudanças na política ambiental brasileira, aprofundando o marco legal para proteger as florestas e garantir a redução dos gases de efeito estufa, influenciando até mesmo no fechamento do Acordo de Paris, adotado em 2016 por 195 países para dar resposta global à ameaça global representada pelas mudanças do clima. Abaixo, alguns pontos do legado do PT.

- A Lei 11.952/2009, sancionada por Lula, prevê dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas.
- Foram criadas 49 novas Unidades de Conservação na Amazônia Legal, cerca de 300 mil km<sup>2</sup>. A criação de novas unidades e a ampliação das existentes expandiu em mais de 50% a área protegida.
- Durante os governos PT, houve uma redução de 71% no desmatamento na Amazônia Legal, com uma fiscalização mais rigorosa e a oferta de alternativas econômicas sustentáveis às populações locais.
- Entre 2010 e 2013, o Brasil deixou de lançar na atmosfera uma média de 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano e foi líder mundial em redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE).
- Instituído em 2011, o programa Bolsa Verde, beneficiou mais de 64.648 famílias até maio de 2016. Destinado a famílias em situação de extrema pobreza que viviam em áreas de relevância à conservação ambiental, o programa incentivou o uso sustentável dos recursos naturais.



**RIO+20**  
United Nations  
Conference on  
Sustainable  
Development